



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação

<METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE MUSEUS COMUNITÁRIOS À LUZ DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA¹>

<METHODOLOGY FOR BUILDING COMMUNITY MUSEUMS IN THE LIGHT OF COMMUNITY SOCIAL PSYCHOLOGY>

Eliane Cristina de Freitas Rocha - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo apresenta revisão da metodologia para construção de museus comunitários à luz de referências teórico-metodológicas da psicologia social comunitária. O conceito de prática comunitária emancipatória é apresentado, tendo o museu comunitário como uma de suas possibilidades. As etapas da pesquisa-ação são discutidas em confronto com a metodologia da pesquisa-ação para construção de museus comunitários. Na proposta metodológica de museus comunitários, a mobilização e sensibilização da comunidade, contando com oficinas e intervenções que possibilitam a ampliação da consciência dos grupos sobre sua cultura, história e memória, dá vida a esta proposta: o grupo se trabalha e cria conhecimento. Nota-se que a atuação de pesquisadores, que podem ter o papel de mediadores do processo de construção coletiva dos museus comunitários, requer compromisso ético com a transformação social, e que o conhecimento é construído pelo grupo, no caso, o conhecimento sobre as referências culturais e a memória.

Palavras-Chave: museu comunitário; metodologia; psicologia social comunitária.

Abstract: This article presents a review of the methodology for building community museums in the light of theoretical-methodological references from community social psychology. The concept of emancipatory community practice is presented, with the community museum as one of its possibilities. The action research steps are discussed in confrontation with the action research methodology for building community museums. In the methodological proposal of community museums, the mobilization and sensitization of the community, with workshops and interventions that enable the expansion of the groups' awareness about their culture, history and memory, gives life to this proposal: the group works and creates knowledge. It is noted that the work of researchers, who can play the role of mediators in the process of collective construction of community museums, requires an ethical commitment to social

¹ Este trabalho conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil, a quem a autora agradece por ter sido contemplada em Edital de Chamada Universal.

transformation, and that knowledge is built by the group, in this case, knowledge about its cultural and memory references.

Keywords: community museum; methodology; community social psychology.

1 INTRODUÇÃO

Existem diversas iniciativas de abordagem da memória social como instrumento para o fortalecimento de identidades, especialmente em comunidades periféricas. No processo de fazer valer seu direito à memória, diversos grupos sociais constroem práticas que podem ser mais ou menos institucionalizadas de preservação de seu patrimônio. O princípio subjacente destas práticas é ancorado no direito à memória, na noção de que o patrimônio comum do grupo precisa ser reconhecido e organizado por ele próprio. Há possibilidades de construção de arranjos com graus variados de institucionalização para estas práticas: ecomuseus, museus integrais, museus comunitários, museus de território, museus regionais, centros de memória comunitários, pontos de memória, entre outros.

Tendo como perspectiva a preservação da memória e da cultura dos grupos comunitários, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) propõe o Manual de Aplicação para o Inventário (2000), e, posteriormente, o Kit de Recolha de Patrimônio Imaterial (2011). Já em 2016, o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), organiza uma referência bibliográfica para construção de pontos de memória populares, intitulada "Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social" (OEI, 2016). Estas três referências, frutos das políticas públicas em cultura e memória vigentes no país, ajudaram a orientar o trabalho comunitário para preservação de memória e patrimônio. Embora essenciais, elas não aprofundam em reflexões teórico-metodológicas sobre o trabalho comunitário.

Cezario e Davel (2017), Tolentino (2016), Santos (2009), entre outros autores do campo da Museologia, chamam a atenção para as dificuldades e desafios em se gerir museus comunitários, tendo em vista que eles se diferem muito dos museus tradicionais. Vários destes desafios dizem respeito às dificuldades de mobilização e participação popular, processos grupais estudados de modo especial pelas psicologias sociais críticas, dentre elas, pela psicologia social comunitária.

O que este artigo se propõe é promover um diálogo interdisciplinar da psicologia social comunitária latinoamericana com os pressupostos práticos para construção de iniciativas museológicas comunitárias enquanto práticas comunitárias. Os principais trabalhos da psicologia social crítica latinoamericana consultados foram: Pereira (2008); Guareschi (2002);

Álvaro; Garrido (2006); Campos (1996), Lane (2004), Sawaia (1996). Já no campo da museologia social, as principais referências são: Varine (2014); Cezario e Davel (2017) e IBRAM (OEI, 2016).

A escolha pela psicologia social comunitária como campo fértil de diálogo em relação às atuações em um dos campos de atuação prática da museologia social² se deve à percepção da autora de que tais práticas são práticas comunitárias de transformação social. Na prática da psicologia social comunitária, destacam-se o favorecimento de minorias (CRUZ, FREITAS, AMORETTI, 2010), aspectos também sensíveis à museologia social. Por se configurarem como práticas transformadoras, elas interessam tanto à museologia social (SANTOS, 2009) quanto à atuação e pesquisa em psicologia social comunitária. Neste sentido, ambas as disciplinas recuperam o conceito de práxis, da vinculação entre teoria e prática, em crítica radical ao positivismo (SANTOS, 2009; NASCIUTTI, 1996; PEREIRA, 2008).

A orientação teórico-metodológica da museologia social, apresentada por Santos (2009), conta com referências ao trabalho de educação popular de Paulo Freire, às propostas de investigação participativa de Falls Borda – um dos expoentes da psicologia social latinoamericana comunitária – e às reflexões dos trabalhos da escola de Frankfurt (Horkheimer, Marcuse, Habermas). Todas estas referências nominalmente citadas por Santos (2009) são referenciais da psicologia social comunitária, conforme Cruz; Freitas e Amoretti (2010). Ou seja, há aproximações visíveis de abordagens teóricas e metodológicas da museologia social e da psicologia social comunitária que podem ser exploradas. O objetivo deste artigo é iniciar tais aproximações teórico-metodológicas, apresentando o museu comunitário como prática comunitária emancipatória e a metodologia do trabalho comunitário, privilegiando as contribuições da psicologia social comunitária. Para facilitar a fluência do texto, adotar-se-á a expressão "museu comunitário" para toda iniciativa de preservação do patrimônio e/ou memória comunitária. Inicia-se a jornada situando o museu comunitário como prática

² Sabe-se que existem debates sobre o campo da museologia social (TOLENTINO, 2016). Não obstante, para fins deste artigo, considera-se que as funções básicas do museu - preservar, pesquisar e comunicar – devem ser realizadas de maneira participativa, na museologia social, e que “os sujeitos sociais são a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural” (TOLENTINO, 2016, p. 31-32), materializadas em práticas associadas aos debates da Nova Museologia, especialmente a partir Mesa Redonda de Santiago (Chile), em 1972 (SANTOS, 2009; TOLENTINO, 2016). Embora não se possa reduzir pontos de memória a todas as iniciativas comunitárias de preservação da memória e do patrimônio, a metodologia destes pontos tornaram-se exemplares da construção de iniciativas comunitárias de preservação de memória e patrimônio que encontraram apoio de políticas públicas, com elevada importância para o campo museal.

comunitária, e, em seguida, discute-se a metodologia do trabalho comunitário em práticas comunitárias de museus.

2 MUSEUS COMUNITÁRIOS COMO PRÁTICAS COMUNITÁRIAS EMANCIPATÓRIAS

Os fundamentos da psicologia comunitária na América Latina recebem grande influência de Paulo Freire, tendo como traços definidores o compromisso com os mais desfavorecidos socialmente, com a busca de métodos participativos de intervenção que "envolvam as pessoas em seu próprio processo de mudança" (ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p. 314-315).

Para Guareschi (2002), são as relações comunitárias que permitiriam às pessoas ultrapassarem os extremos do individualismo e do atomismo, tornando-se “um 'ser para', exercitando sua plena vocação de animal político, social” (GUARESCHI, 2002, p. 95). Sawaia (1996), nesta direção, dirá que a comunidade carrega um sentido utópico, em que os valores do individualismo seriam sobrepujados pelos da solidariedade. Cezario e Davel (2017) apresentam reflexões semelhantes sobre as dificuldades de ruptura com os valores do individualismo para construção de museus comunitários.

A definição de comunidade, em si, já é orientadora de uma intervenção ou prática. Na visão de Pereira (2008), a comunidade pode ser vista conforme orientação conservadora, alinhada com a leitura positivista, como um grupo coeso, forte, com uma história comum (comum-unidade), o que pode acabar por orientar práticas paternalistas, assistencialistas e que tendem a fazer calar vozes dissonantes e a alimentar a passividade. Pereira (2008, p. 148) alerta que “há sempre um canal direto de comunicação (inconsciente e/ou consciente) entre o extremo opressor e o extremo carente”, e que o discurso de coesão dá força aos grupos hegemônicos. As intervenções psicossociais ou práticas comunitárias sustentadas por esta visão de comunidade são reformistas ou desenvolvimentistas, sustentando a posição de carência e falta dos grupos e as formas de provê-las. A busca é da adaptação à ordem social com a “mobilização das pessoas com a finalidade de obter os bens e recursos para melhorar a situação social, econômica e cultural” (PEREIRA, 2008, p. 155).

Já a visão crítica da comunidade considera-a como um processo de construção permanente, feito de "encontros entre pessoas, ideias, projetos, desejos, onde persiste a multiplicidade, a singularidade e a articulação entre o todo e a exceção" (PEREIRA, 2008, p. 150). Nesta visão, a comunidade é composta de sujeitos em relação dialética com o social: a sociedade

dá forma aos sujeitos e estes a formam em suas ações na vida. Nesta perspectiva crítica, com concepção teórica revolucionária-socialista,

a metodologia do trabalho comunitário aponta a organização popular para criar em torno dela mesma seu próprio poder e saber visando à **autogestão da comunidade**. A participação popular tem por finalidade transformar (subverter=outra versão) a ordem social mediante um processo de **criação do poder popular**. Nota-se uma **valorização da participação** dos moradores, promovendo-se novos tipos de relacionamento comunitário, criando-se espaços e estratégias para **formação do senso crítico e a valorização do cotidiano e do concreto da vida das pessoas** (PEREIRA, 2008, p. 155, grifos nossos).

Para Cruz, Freitas e Amoretti (2010), a participação em atividades políticas, culturais, familiares e de bairro, pelas pessoas, requer trabalho de ação conscientizadora e socializante, ações individuais e coletivas, para que o trabalho comunitário ganhe contornos de trabalho emancipador e revolucionário.

A criação de museus comunitários, bem como as intervenções em memória social, pode ganhar contornos de práticas comunitárias emancipatórias, revolucionárias, solidárias. Mas, também, podem entrar na pauta da agenda reivindicativa dos grupos frente ao Estado ou outros agentes, por exemplo. Para que um trabalho seja de fato comunitário, no entender de Pereira (2008) e Guareschi (2002), não devem existir relações de dominação, em todos os âmbitos, seja econômico, político e cultural (racismo, patriarcalismo, institucionalismo). O trabalho comunitário requer respeito grande pelo saber do outro (diálogo, partilha de saberes) e garantia de autonomia e autogestão das próprias comunidades. As práticas comunitárias devem ser democráticas, participativas e igualitárias. Se a sociedade opera na linha do haver, valorizando o dinheiro e a capacidade técnica, a comunidade opera na linha do ser, valorizando o conhecimento mútuo e as relações afetivas.

As práticas comunitárias podem ser compreendidas, pela leitura de Freitas (2015), como práticas coletivas dos sujeitos da comunidade voltadas à transformação da realidade. O propósito emancipador da prática comunitária é também sustentado por Varine (2014, p. 26), quando diz: "O museu de comunidade é um parceiro para o desenvolvimento, um mediador de mão dupla entre os atores do desenvolvimento e a comunidade". Não há neutralidade do mediador, há compromisso ético e político com a transformação da comunidade, visão sustentada tanto pela psicologia comunitária quanto pela museologia social, sob a influência de Paulo Freire.

Nos relatos sobre os pontos de memória, do trabalho do IBRAM (OEI, 2016) há apresentação de alguns exemplos de desenvolvimento e transformação comunitária: a) no Ponto de Memória Grande Bom Jardim (CE), o resultado das ações realizadas elevou a consciência da comunidade sobre os problemas de territórios sub judice, o que pode ajudar na sua solução; b) no Ponto de Memória da Estrutural (DF), foi criada uma editora com materiais reciclados, a partir da evolução do trabalho iniciado pelas ações museais. Listar todos os resultados transformadores das práticas comunitárias em memória e patrimônio requer mais pesquisas, sendo estes dois exemplos animadores.

Com frequência, o museu comunitário, para se constituir e se gerir, precisará contar com o trabalho mediação, que pode tanto ser externo quanto interno, na visão de Cezario e Davel (2017). O trabalho de um mediador - seja ele um especialista em museologia, um educador, um psicólogo social - deve ser o de favorecer os processos grupais, não no sentido de apagar os conflitos, constituintes do viver em comunidade, mas de fortalecer a consciência dos grupos sobre si e aumentar o seu poder de ação. Freitas (2015, p. 251) comenta: "a intervenção pode contribuir para a produção de conhecimentos, que estes sejam socialmente comprometidos e relevantes àquele cotidiano concreto e de preferência coletivo e digno".

É caro para a psicologia comunitária emancipatória que o conhecimento seja criado pelo próprio grupo, no entendimento de diversos autores como Pereira (2008) e Lane (2004). Ora, a proposta programática do museu comunitário é totalmente congruente com a abordagem do trabalho comunitário emancipador: "Um museu 'normal' tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento" (VARINE, 2014, p. 26).

A comunidade, para Varine (2014, p. 27), não está pronta, pois a "educação pública, previdência social, democracia representativa e poder de decisão política não proporcionam a informação necessária e não favorecem a participação popular". Nada disso é novidade para a psicologia social comunitária: o processo grupal pressuporia, para Lane (2004), o trabalho com indivíduos alienados – indivíduos com potência para agir subjetiva, mas com poucas condições para ação objetiva. Tais indivíduos se colocam em processos grupais marcados por instituições (como a família, fábrica, Estado, entre outras) com seus atravessamentos e têm uma história particular. Para Lane (2004), a ação grupal deveria se dar pelo nível da ação nas determinações concretas da realidade: a distribuição das tarefas no grupo, por exemplo, deve contribuir questionar as relações de poder e de reprodução dominante-dominado que estão presentes na

constituição do grupo. É importante ter em conta, conforme Paulo Freire, que a emancipação vem pela ação.

A centralidade das ações é destacada, também, no museu comunitário:

Não é nem mesmo necessário chamá-lo de “museu”: se todo o território for envolvido, se todo o patrimônio da comunidade for levado em consideração, se as exposições forem apenas uma das técnicas utilizadas para a comunicação entre as pessoas (há muitos outros métodos, incluindo trilhas de observação, centros de interpretação, centros de recursos ou documentação, produções de audiovisuais e multimídia, programas escolares, oficinas temáticas etc.). É quando esse processo cessa que o museu se torna uma instituição. Então, ele provavelmente se dissociará da comunidade e deixará de servir como ferramenta para o desenvolvimento, porque ele logo se tornará antiquado, obsoleto (VARINE, 2014, p. 27).

Os estudos de teoria de grupos, no âmbito da psicologia social, ajudam a compreender a desvitalização do grupo quando ele começa se instituir, conforme aponta Varine (2014) acima. Uma importante contribuição de Sartre para a teoria de grupos se dá em sua obra “Crítica da Razão Dialética”, comentada aqui por Rubini (1999). Para Sartre, indivíduos, mesmo que tenham os mesmos interesses e problemas, e que estejam em espaços contíguos, não formam um grupo, podendo formar uma série (seriação). Um grupo só se constitui quando os indivíduos da série deixam de estar alienados em relação às necessidades e questões em comum e se unem (se fundem) em um grupo. Mas, uma vez formado, o grupo viverá uma tensão entre suas atividades internas (diferenciação, organização) e atividades externas (transformação do campo, lutas, conquistas). Para que o grupo se mantenha, seus membros são chamados a sacrificar a liberdade em prol do grupo (juramento), e passam a se organizar funcionalmente (organização), o que requer relações de fraternidade e lealdade que podem estar dominadas pela fraternidade-terror. Na medida que a organização se torna cristalizada, surge a instituição, e os participantes do grupo passam a se submeter à ordem, à hierarquia, e passam a cumprir obrigações, o que leva ao reestabelecimento da série, à perda da potência vitalizante da praxis grupal. Lane (2004) acrescenta que, após este estágio, o grupo pode se desintegrar totalmente, se não for capaz de compreender os determinantes institucionais das relações de poder e opressão do contexto institucional e histórico-cultural. As políticas públicas para a cultura e a memória são entendidas como importantes determinantes das ações dos grupos no caso dos museus comunitários.

2.1 Metodologia da prática social emancipatória e dos museus comunitários

A “metodologia indica os caminhos – dos pressupostos teóricos e paradigmas científicos às estratégias tecno procedimentais” (PERUZZO, 2016). No que diz respeito aos paradigmas científicos, conforme Pereira (2008), o paradigma orientador das ações em psicologia social comunitária é o da ciência emergente. Alinhado a este paradigma, pressupõe-se que o “conjunto de condições que circunscrevem o ato de pesquisar é o que confere estatuto de cientificidade ao trabalho de pesquisa” (PAULON, 2005, p. 18). Em acordo ao paradigma emergente, busca-se a revalorização do saber popular e a importância da produção científica dialogar com o saber laico, no pensamento de Boaventura de Sousa Santos (PERUZZO, 2016). Uma das formas de se conduzir pesquisa, conforme este paradigma, é a pesquisa-ação, pois ela valoriza o saber popular.

A pesquisa-ação só é pesquisa quando trata de problema crucial, e não corriqueiro, diferindo-se de ações pontuais ou intervenções pontuais em comunidade (PERUZZO, 2016). São características da pesquisa-ação: participação e inserção do pesquisador no cotidiano da comunidade; a pesquisa é feita com ação (o pesquisador participa para observar e também age); os investigados colaboram na construção do conhecimento e não são apenas informantes; o retorno dos resultados é processual, sendo que os participantes não são apenas informados dos relatórios da pesquisa, mas acompanham seus achados por meio de fóruns, seminários ou outras técnicas.

É importante recuperar Paulo Freire, para perceber que o processo de pesquisa deverá ser emancipador. Sendo pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção, a implicação do pesquisador é essencial (NASCIUTTI, 1996; PAULON, 2005). Nasciutti (2010) considera três níveis de implicação: psicoafetivo (elementos inconscientes determinantes da escolha do pesquisador), histórico-existencial (valores sociais e ideologia), estrutural-profissional (lugar de fala, quase sempre associado ao papel profissional ocupado, como, por exemplo, papel de psicólogo, de museólogo, entre outros). Importante destacar que o papel do pesquisador pode ser operacionalizada, em ações sociais, pelo do mediador.

Em termos de técnicas para realização de pesquisa-ação, Peruzzo (2016) comenta que Fals Borda, já em 1977, no 8º Seminário sobre Pesquisa-ação, tinha observado 32 vertentes de pesquisa-ação. Há diversidade dos caminhos da pesquisa-ação, que variam conforme os autores, mas Peruzzo (2016) sinaliza as fases da pesquisa-ação de maneira sumária, conforme se vê no quadro 1. Já o trabalho de construção de pontos de memória, de acordo com a metodologia do IBRAM apresenta as etapas do quadro 2.

QUADRO 1 - A pesquisa-ação

Fase	Descrição	Técnicas que podem ser usadas
1 - Estudo exploratório	Etapa que procura conhecer a configurações locais ou do grupo (características culturais e étnicas; estrutura de classes; nível de organização; dos meios de comunicação locais; das forças políticas, religiosas e associativas atuantes na região etc.).	Visitas in loco, estudos documentais das organizações comunitárias.
2 - Processo de investigação	Definição, junto ao grupo, das atividades de inserção do pesquisador e equipe de pesquisa e das atividades do grupo, envolvendo: formação de comissões de trabalho; delineamento prévio de sistemas de cooperação (fóruns de debates, seminários etc. para discussão pública de assuntos em questão e de resultados parciais da própria pesquisa); a projeção de indicadores visando a criação de sistemas de organização (se for caso); a elaboração de cronograma etc.	Trabalho com círculos de cultura (temas geradores), situações-limite. Ações de capacitação. Rodas de conversa. Oficinas. Uso criativo de técnicas que permitam a mobilização comunitária e circulação da palavra.
3 - Redefinição e aperfeiçoamento do desenho metodológico	Constante revisão dos instrumentos e atribuições de pesquisa definidos na etapa anterior.	Reuniões, seminários. A pesquisa pode se desenhar com o emprego de: Entrevistas semiestruturadas, questionários, observação livre e/ou sistemática, a etnometodologia, a análise de conteúdo documental e histórica, análise do discurso, grupos operativos; dinâmica de grupo; histórias de vida; grupo de discussão; grupo focal; realização de cartografias, entre outras adequadas à realização dos objetivos acordados com a comunidade.
4 - Realização do trabalho de campo	Aplicação de técnicas definidas nas etapas anteriores (podem ser questionários, entrevistas, eventos de mobilização, fóruns, debates, etc). Também se realiza a avaliação constante de todo o processo de pesquisa.	Aplicação dos instrumentos previstos na etapa anterior. Para acompanhamento do processo: reuniões; mobilização de equipes locais ou de representantes da comunidade; realização de fóruns de discussão, oficinas (se for caso) e de entrevistas (se for o caso); identificação de documentos etc.
5 - Apresentação de resultados parciais	Apresentação de resultados parciais aos representantes locais envolvidos na pesquisa ou ao conjunto do "grupo" ou "comunidade" de modo a possibilitar sua participação na interpretação, análise crítica dos resultados e na geração de conhecimento coletivo.	Reuniões, seminários.
6 - Conclusão	De posse do conhecimento sobre todo o processo de pesquisa e dos resultados obtidos, realiza-se o relatório final: registro sistemático do processo de pesquisa, a apresentação e a interpretação e análise dos "achados" da pesquisa.	Seminários, reuniões, oficinas. Criação de plano de ação para encaminhamento de solução do problema prático originador da pesquisa.

Fonte: organizado pela autora, a partir de Peruzzo (2016)

A metodologia da pesquisa-ação, apresentada no quadro 1, é operacionalizada, na metodologia para criação de pontos de memória do quadro 2, com adaptações necessárias às práticas comunitárias em memória e patrimônio.

QUADRO 2 - A metodologia para criação dos pontos de memória

Fase	Descrição	Técnicas que podem ser usadas
1- Identificação	Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa: são mobilizadas lideranças comunitárias, associações coletivas, instituições diversas para a proposição da iniciativa de preservação da memória e do patrimônio, que devem ter seus contornos estabelecidos pelo próprio grupo. Espera-se a formação de uma instância deliberativa.	Rodas de memória, rodas de conversa.
2- Qualificação	Para aumentar a consciência dos grupos sobre o que é a memória e o patrimônio, além da importância política que tais ações têm, é necessária a realização da qualificação da comunidade.	Oficinas, encontros, debates sobre: ações de inventariação; produtos de difusão de ações de memória; história da comunidade; direito à memória; tipologia de museus; exposições; acervo e inventário participativo
3- Inventário participativo	Realização de inventariação de referências culturais, pela comunidade e para a comunidade. O IPHAN (2000) apresenta um manual de aplicação para inventário participativo e, para histórias orais, uma das referências apresentadas é a do Museu da Pessoa (LOPEZ, 2008). A escolha dos temas a serem inventariados é do grupo, podendo ser de lugares, celebrações, lutas, edifícios, objetos, entre outros.	Diversas técnicas são necessárias para a sua realização, a depender de quais referências estão em questão. Para capacitação dos inventariadores: oficinas de história oral; de guarda e conservação do acervo; sobre patrimônio; entrevista; fotografia, entre outras.
4- Realização de ações museais para compartilhamento e difusão de memórias	Formas e processos criativos de atividades comunitárias de registro, reconhecimento e valorização da memória e patrimônio locais.	Chás de memória; oficinas de caráter educativo, inclusive em escolas; realização de exposições; realização de eventos culturais; grafites; museus itinerantes; festivais de gastronomia; campeonatos de história; criação de produtos áudio-visuais, incluindo eventos para sua divulgação e comentário; blogs, entre outras ações.
5- Reforço da rede de pontos de memória	Criação de rede de pontos de memória comunitários.	Realização de eventos - como as Teias de Memória - encontros dos pontos de memória em eventos, para troca de experiências.

Fonte: elaborado pela autora, por meio da leitura de OEI (2016).

De maneira geral, as fases 1 e 2 da metodologia dos pontos de memória - Identificação e qualificação - encontram correspondência nas fases iniciais da proposta da pesquisa-ação, de estudo exploratório e processo de investigação. A fase 3, de inventário participativo, se aproxima da execução da pesquisa de campo, na pesquisa-ação. Por sua vez, a apresentação dos resultados finais e da conclusão da pesquisa-ação, no âmbito das práticas de memória,

encontra relação com os produtos de difusão, e a necessidade de continuidade das ações, com fortalecimento de redes comunitárias.

Cada uma das fases apontadas na pesquisa-ação pode acionar diversas técnicas de pesquisa, conforme as terceiras fases dos quadros 1 e 2 indicam. A primeira etapa (de reconhecimento e entrada no campo) requer, conforme pensamento de Fals Borda, que o pesquisador, para participar, deve se inserir na comunidade (PERUZZO, 2016). “A inserção incorpora os grupos de base como ‘sujeitos’ ativos – que não ‘objetos’ exploráveis – da investigação, que aportam informação e interpretação em pé de igualdade com os investigadores” (FALS BORDA, 2013, p. 2432, apud PERUZZO, 2016). Nasciutti (2010, p. 125) comenta que esta etapa é essencial para “levantamento, mapeamento e cadastramento de lideranças locais e de entidades (associativas, não governamentais, comerciais, sociais, religiosas)” na região de atuação do projeto.

Na segunda fase, em que o pesquisador-interventor define as atividades de pesquisa em comum acordo com o grupo, no caso do trabalho comunitário, outra questão fundamental é a construção da demanda: ela é um encontro entre o pesquisador-interventor e o grupo, é constantemente negociada, e o ritmo do trabalho é construído nas relações (MACHADO, 2004). A este propósito, um dos representantes do ponto de memória Grande Bom Jardim confessa: “A convocação de vontade coletiva não é tarefa rápida, ela requer tempo de maturação” (OEI, 2016, p. 50). Prevê-se a liberação da palavra, o que pode até mesmo romper com o processo, dado que “Os problemas e necessidades são dificilmente formuláveis e evidentes” (MACHADO, 2004, p. 20). Para Sarriera (2010), as necessidades estão relacionadas às faltas, mas que podem não ser percebidas pela comunidade devido à força da ideologia, entre outros aspectos. Há necessidades que podem ser inferidas pelo pesquisador: objetivas, normativas, comparativas, extraídas de fontes documentais e estudos epidemiológicos. Mas a comunidade pode não formular suas necessidades, e não traduzi-las em demandas. Além das necessidades, também há os problemas vividos pela comunidade: conflitos e dificuldades. Para elaboração das necessidades, pode-se trabalhar com temas geradores e situações-limite, para que os níveis de consciência do grupo se elevem (SARRIERA, 2010).

Uma proposta metodológica para a abordagem das necessidades é o trabalho com os círculos de cultura, conforme propostos por Paulo Freire (1987). Devem ser trabalhados, nestes círculos, os temas geradores – situações-limites em situações concretas e históricas – que podem levar a atos-limites. Compreender leva a transformar a realidade, e a metodologia

proposta para o trabalho pedagógico (e revolucionário) envolve, em primeiro momento, entender a realidade junto com o povo (processos de codificação, compreensão das situações-limite, de maneira dialógica); em segundo momento, a apreensão das contradições e de temáticas auxiliares que permitem problematizá-las; e em terceiro momento, a realização de círculos de cultura ou círculo de decodificação temática, em que participam investigadores (inclusive sociólogo e psicólogo), pessoas do povo, podendo ou não serem incluídos temas-dobradiça (exemplo: conceito de cultura) e codificadores de investigação, para além dos temas geradores, de maneira aprofundar e ampliar a conscientização-reflexão-ação.

Tendo em vista a ideia dos temas-dobradiça, ao se trabalhar com o patrimônio e a memória, é possível que algumas perguntas auxiliem muito, como as que Cezario e Davel (2017, p. 98) apresentam: "O que representa a sua cultura? Com o que se identifica e quais são as representações importantes dessa identidade? O que você considera importante preservar como registro da sua memória e da sua identidade? O que você gostaria de apresentar em um museu que representasse a sua cultura?".

Nasciutti (2010), a propósito de um projeto de mobilização comunitária de ações de gerenciamento ambiental/preservação ambiental, nas duas etapas iniciais da pesquisa-ação, reuniu diversos grupos organizados (associações já existentes ambientais, de moradores, de transporte, entre outros), e lideranças emergentes para fazer circular a palavra em torno dos temas do meio ambiente. Algumas técnicas podem ser usadas para promover as reflexões: "rodas de conversas, exposições socioeducativas, apresentações da proposta do museu em encontros e eventos, participação em rádios e outros meios de comunicação, oficinas, entre outras" (CEZARIO; DAVEL, 2017, p. 98). E, no caso dos pontos de memória (OEI, 2016), foram efetivamente importantes os seminários, reuniões, oficinas, cada qual com contornos peculiares adaptados ao território em questão.

O desenho metodológico (da terceira fase da pesquisa-ação) poderá lançar mão de diversas técnicas: entrevistas individuais, grupais ou comunitárias com diversos atores e instituições (SARRIERA, 2010); pesquisa documental e diários de campo. Nasciutti (1996) acrescenta "entrevistas semi-estruturadas, os questionários, a observação livre e/ou sistemática, a etnometodologia, a análise de conteúdo documental e histórica através de material disponível, a análise do discurso, os grupos operativos e a dinâmica de grupo" (NASCIUTTI, 1996, p. 113-114), além das histórias de vida.

No que diz respeito ao desenho metodológico (fase 3 da pesquisa-ação) e trabalho de campo (fase 4 da pesquisa-ação), uma das técnicas privilegiadas para realização da pesquisa e registro do patrimônio é a do inventário participativo, o qual também pode incluir o emprego da metodologia da história oral.

A respeito do inventário participativo, o seu manual de aplicação já prevê a participação comunitária para sua realização, conforme o IPHAN (2000): a escolha dos bens a serem inventariados é da comunidade e sua execução, no caso dos pontos de memória, é participativa (OEI, 2016).

Por fim, no que diz respeito à importância da formação de redes, destacada na metodologia para construção de pontos de memória (quadro 2, fase 5), cabe uma reflexão. A formação e fortalecimento de redes é uma das importantes formas de atuação em psicologia social. Gonçalves, Saadallah e Queiroz (2015, p. 90) explicitam que:

a produção conjunta entre as várias comunidades e a possibilidade de pensarem e desenvolverem ações que cooperem na resolução de questões enfrentadas por todos amplia a condição de cidadania, participação e consciência crítica.

A formação de redes não apenas alavanca os processos comunitários e participativos, mas pode ser constitutiva dos acervos, como é o caso do Museu da Pessoa. O projeto do Museu da Pessoa, segundo LOPEZ (2008), resultou da confluência de ações de organizações não governamentais, do Senac (um dos mais importantes articuladores), e do poder público. Para uma das pessoas atuantes no processo, do Senac, Lourdes Alves de Souza, o trabalho envolveu articulação de redes, promoveu encontros entre diversos atores, com vistas à promoção do desenvolvimento:

A localidade pode fazer alguma coisa por si mesma. É uma proposta política. A idéia da rede é a de que a gente pode fortalecer um tecido social, a gente pode integrar os setores de forma que as pessoas decidam aquilo que elas desejam nas suas localidades e que não esperem a política pública para que isso aconteça (LOPEZ, 2008, p. 11).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que esta comunicação tenha cumprido seu objetivo de apresentar o museu comunitário como prática comunitária emancipatória e as metodologias para sua construção. Orientada pela psicologia social comunitária, e ratificada por autores da museologia social, o museu comunitário como prática comunitária parte do pressuposto que a comunidade é processo de vir a ser, constrói-se na medida em que se torna consciente de si e age para transformar o mundo. Destaca-se, neste aspecto, a contribuição de Paulo Freire, encampada

pela psicologia social comunitária e pela museologia social, de fazer o sujeito, não individualizado, produtor de sua própria história e do seu próprio conhecimento. O fazer da comunidade em torno de seu patrimônio e memória requer trabalho de formação de grupo que transforma a si mesmo. Já no que diz respeito à metodologia de construção do museu comunitário, é muito evidente a sua sustentação na proposta metodológica da pesquisa-ação, a qual já foi muito trabalhada por um dos expoentes da psicologia social comunitária, Fals-Borda.

A recuperação de tão importantes referências pode ajudar no diálogo interdisciplinar para realização de práticas comunitárias emancipatórias em memória e patrimônio, e para formação de redes intersetoriais que favoreçam a transformação das comunidades.

REFERÊNCIAS

ALVARO, J. L. e GARRIDO, A. O desenvolvimento da psicologia social na América Latina. In: ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006. p. 303 - 308.

CEZARIO, H. B. M.; DAVEL, E. P. B. A mobilização cultural na gestão de museus: a força da participação comunitária e da identidade territorial. **Museologia & Interdisciplinaridade**. v. 6, n. 12, jul. / dez. de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v6i12.16334>

CRUZ, L. R.; FREITAS, M. F. Q.; AMORETTI, J. Breve história e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária. In: SARRIERA, Jorge C. & SAFORCADA, Henrique T. **Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto alegre: Sulina, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. F. Q. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 242-253, jul. /dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082015000200002

GONÇALVES, B. D.; SAADALLAH, M. M.; QUEIROZ, I. S. Articulando redes, fortalecendo comunidades: intervenção psicossocial e articulação entre universidade, comunidades e políticas públicas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 1, São João del-Rei, jan. /jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082015000100008

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias, relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. (org.) **Psicologia social comunitária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (ORGs). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13 ed. 4 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOPEZ, I. **Memória social**: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008. ISBN 978-85-60505-06-7.

MACHADO, M. N. M. A pesquisa-intervenção psicossocial. In: MACHADO, M. N. M. **Práticas psicossociais**: pesquisando e intervindo. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

NASCIUTTI, J. C. R. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, R. H. F. (org). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre pesquisa e compromissos sociais: Uma experiência de mobilização social e participação comunitária em um projeto socioambiental. In: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R. S. L. (orgs). **Psicologia & Sociedade**: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Pontos de memória**: metodologia e práticas em museologia social.: Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, Phábrica, 2016. ISBN 978-85-69369-02-8.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18-25, set-dez 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>

PEREIRA, W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e prática. 3 ed. Belo Horizonte: Vozes, PUC Minas, 2008.

PERUZZO, C. K. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In: COMPOS – ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 30, 2016, Goiânia. **[Anais]...** Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2016.

RUBINI, C. Dialética dos Grupos: contribuições de Sartre à Compreensão dos Grupos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 7, n. 2, 1999. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/ses/resource/pt/psi-15591>

SARRIERA, J. C. Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: A avaliação como processo. In: SARRIERA, Jorge C. & SAFORCADA, Henrique T. **Introdução à psicologia comunitária**: bases teóricas e metodológicas. Porto alegre: Sulina, 2010.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (org). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, M. C. T. M. Reflexões sobre a nova museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 18, n. 18, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em:
<https://revistas.ulusofoa.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>

TOLENTINO, A. Museologia Social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 52, p. 21-44, 2016. Disponível em:
<https://doi.org/10.36572/csm.2016.vol.52.02>

VARINE, H. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, dez. 2014. Disponível em:
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595>